



Brasília, 17 de março de 2020.

PLENÁRIA NACIONAL

A Plenária Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) foi realizada nos dias 13, 14 e 15/4/2020, no Auditório SINPRO de Brasília – DF.

A plenária contou com a presença de 39 entidades, com um total de 170 credenciados, e dentre as delegadas e delegados, 100 homens e 70 mulheres.

A plenária iniciou na manhã do dia 13/03 com um painel sobre o tema: Reforma administrativa e seus impactos, com os seguintes painelistas: Rudinei Marques do FONACATE e Denise Dau da ISP Brasil. Rudinei abordou em sua apresentação a proposta de reforma apresentada pelo governo, seu trâmite, impactos nos trabalhadores do serviço público e a proposta apresentada pela Comissão Mista para barrar a PEC no Congresso. Denise Dau apresentou os impactos das reformas no cenário internacional, e a forma de enfrentamento que as entidades fizeram para barrá-las. Também relatou as experiências de reestatização que vem acontecendo na Europa.

A plenária foi suspensa às 12h30 retornando às 14h com o painel: Mulher, Luta e Classe em tempos de Bolsonaro, e os impactos das reformas sobre a população negra. Foram convidadas as companheiras: Juliana Mittelbach, da base do SINDITEST/PR, Andréia de Jesus - deputada estadual pelo PSOL/MG e Jupiara Castro, representante da FASUBRA junto ao Conselho Nacional de Saúde - CNS. Juliana Mittelbach apresentou o raio X do racismo no Brasil e como ele se apresenta, além de debater o machismo e suas formas de opressão. A deputada Andréia de Jesus abordou o tema a realidade da mulher negra no Brasil, o racismo estrutural e a luta contra o racismo, a partir de sua atuação na Câmara Legislativa de MG. Jupiara Castro apresentou o histórico de lutas da FASUBRA contra o racismo no Brasil, a construção do projeto - Um olhar negro nas universidades e o racismo estrutural. O encerramento dos trabalhos da plenária se deu às 18h30.

No sábado, 14/03, a plenária teve início com os informes da Direção Nacional e de Base. A Coordenação-Geral informou as ações realizadas pela FASUBRA no último período: participação em audiências públicas sobre a reforma administrativa; o lançamento da frente parlamentar mista em defesa contra a reforma administrativa; reunião com as entidades do setor da educação para discutir a greve unificada; reunião com o MEC para apresentar a pauta de reivindicações dos TAE, reunião com a Direção do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público (DERET), do Ministério da Economia sobre a Instrução Normativa 02/2018, que estabelece



orientações, critérios e procedimentos gerais quanto à jornada de trabalho e a Instrução Normativa 207/2019 que estabelece orientações quanto ao pagamento de auxílio-transporte; se fez presente no congresso do ANDES, além de atividades com o SINASEFE na base. Informe de coordenações: Educação, Comunicação, Política Sociais e Jurídica, logo em seguida foram os informes de base.

A plenária foi suspensa às 12h30h e retornou às 14h dando continuidade aos informes de base. Em seguida, instalou-se a mesa com o Conselho Fiscal da FASUBRA para apresentação do relatório do exercício de 2018 e esclarecimento de dúvidas e questionamentos. A Coordenação de Administração e Finanças e a contadora da Federação Senhora Eufrides responderam todas as dúvidas da plenária.

Ao final da prestação de contas, superadas todas as dúvidas dos delegados (as), às 16h20 do mesmo dia foi votado e aprovado pela plenária o relatório apresentado pelo Conselho Fiscal do exercício de 2018. Às 16h30h iniciou-se o debate sobre a conjuntura, com as falas da DN e em seguida os delegados e delegadas de plenária. Com 101 inscrições para fazer uso da fala (sendo 64 delegados e 37 delegadas) a plenária foi suspensa às 19h.

No domingo dia 15 (último dia plenária) instalou-se a plenária às 9h30h, logo após a reunião dos aposentados e aposentadas. O debate de conjuntura foi suspenso às 11h para realização do ato das três entidades da educação, que aprovou a construção do manifesto unificado e a constituição do Comando Nacional Unificado para construção da greve do setor da Educação (FASUBRA, ANDES e SINASEFE).

Às 13h a plenária retomou o debate sobre a conjuntura e às 15h iniciou-se a votação para os encaminhamentos das propostas apresentadas.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA GREVE UNIFICADA

Dia 18/03 - Greve Nacional em defesa dos serviços públicos e seus servidores contra a reforma do estado, com a seguinte orientação às entidades de base:

Manutenção da greve de 24h, onde for possível, mas sem a realização de atos devido ao COVID-19. **Realizar neste dia grande mobilização digital e intervenções urbanas, que preferencialmente não impliquem em aglomeração de pessoas;**

De 21 a 29/03 - Semana de Mobilização onde for possível;

30/03 a 07/04 - Rodadas de assembleias de avaliação, mobilização e constituição dos comitês estaduais das três entidades;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

**Aprovado por ampla maioria indicativo de construção da greve unificada dos setores da educação (IPES), quando do envio da PEC emergencial na Câmara dos Deputados;
Proposta de hierarquização da pauta da greve ser debatida no Comando Nacional Unificado.**

PEC do pacote emergencial;
Contra a reforma administrativa;
Revogação da EC 95;
Paralisação do Congresso;
Valorização dos HUs.

Foi aprovada a **Campanha Fora Bolsonaro, Mourão e seus ministros!**

Segue abaixo as propostas aprovadas pela plenária:

As delegadas e delegados presentes na Plenária Nacional da FASUBRA, realizada nos dias 13, 14 e 15 de março, em Brasília-DF, manifestaram sua preocupação com o avanço do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) cujas consequências não podem ser subestimadas e ao mesmo tempo não tem como prever seus reflexos sobre a saúde e as condições de vida da classe trabalhadora, aprovou as seguintes orientações:

a. Realização de ato de lançamento de manifesto da educação pública superior, em Brasília, tendo como eixo a retirada de todos os projetos, emendas, MPs, atos administrativos, etc., que ataquem a saúde, a educação e os direitos da classe trabalhadora, em conjunto com os representantes do Andes-SN e do Sinasefe. Mobilizações deverão ser organizadas e realizadas nos Estados durante a semana de mobilização, mas sem aglomeração de pessoas; **(Manifesto abaixo)**

b. Manutenção da greve programada para o dia 18 de março. A greve servirá para denunciar e exigir do governo e do Parlamento, nas três esferas, a adoção de planos eficazes de reforço ao SUS com a reposição dos recursos que vem sendo sistematicamente cortados da saúde e a suspensão imediata da Emenda Constitucional 95, que congelou o orçamento da União. Fazer uma guerrilha virtual, utilizando todas as mídias sociais das entidades (sugestão usar os materiais da frente de defesa do serviço público). Encaminhar e-mail para os parlamentares (texto padrão) exigindo o cancelamento das votações enquanto perdurar a situação. A FASUBRA orienta paralisar as atividades e ficar em casa.



c. Intensificar a mobilização na base, com rodada de assembleias no período de 30 de março a 04 de abril, para avaliar a possibilidade de greve por tempo indeterminado quando do envio da proposta de Reforma Administrativa ou a inclusão de pauta da Câmara para votação da PEC 186;

d. Suspender os Encontros Regionais, em virtude da interrupção de atividades das universidades que sediariam os encontros em função do avanço da pandemia provocada pelo novo coronavírus;

e. As delegadas e delegados presentes na Plenária Nacional da FASUBRA autorizam a Direção Nacional alterar o calendário ora aprovado, caso haja mudança no quadro conjuntural.

f. Nas universidades onde houver suspensão das atividades, que elas sejam isonômicas entre todos os segmentos da comunidade universitária. A Plenária Nacional da FASUBRA autoriza a Direção Nacional a oficializar formalmente a Andifes;

g. A plenária delibera pela a autorização da DN FASUBRA convocar e instalar o Comando Nacional de Mobilização de Base da FASUBRA, para auxiliar nas ações quando deflagrada a greve.

Essas ações acima vão ao encontro do entendimento que o Congresso Nacional deve suspender imediatamente a análise dos projetos prejudiciais aos trabalhadores como a Medida Provisória 905 (Carteira Verde Amarela) e as PECs do Plano Mais Brasil, a Medida Provisória 914, a Medida Provisória 922, ofício 8 MEC, pois essas medidas têm relação direta com a capacidade de ação do Estado num momento de emergência de saúde pública.

Resolve:

1. Repudiar o governo Bolsonaro e sua declaração de que a pandemia do coronavírus era uma fantasia da mídia, como também as declarações de Paulo Guedes que cobra mais reformas e cortes nos serviços públicos para combater a pandemia;
2. Exigir dos governos mais investimentos em saúde pública, revogação da EC 95 (teto dos gastos), retirada de pauta das PECs 186, 187 e 188 e suspensão imediata do pagamento da dívida pública para que esses recursos sejam revertidos para fortalecer o SUS, a educação, a ciência e tecnologia e ações emergenciais para garantir a vida da classe trabalhadora;



3. Manter e ampliar as greves e paralisações marcadas no dia 18/03 e, onde for possível, e não houver riscos à saúde, avaliar sobre a possibilidade de construção de atos;
4. Realizar atos nos HU e assembleias com os trabalhadores dos hospitais para debater um plano de prevenção da saúde da classe trabalhadora e dos profissionais da área da saúde que estão mais expostos. Além disso, é preciso construir em cada HU um plano de segurança nos hospitais para preservar a vida dos nossos companheiros e companheiras, ter equipamentos de higiene, EPIs e demais situações que sejam necessárias que devem ser construídas por meio de comandos locais em cada HU pela comunidade, incluindo todos os trabalhadores e trabalhadoras, independente de seus vínculos empregatícios;
5. Além dos HU, as universidades e institutos federais devem criar comandos de mobilização e greve ou comitês de controle e proteção aos trabalhadores. Esses comandos ou comitês devem ser instituídos independentemente das dispensas das atividades. Não podemos deixar que sejam as reitorias que definam os serviços essenciais, é necessário que os comandos ou comitês cumpram esse papel;
6. É preciso suspender todas as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo terceirizados, fundacionais e temporários sem corte ou redução de salário, mantendo a estabilidade no emprego. A suspensão das atividades não essenciais para garantir a vida da classe trabalhadora. Construir a campanha Todas as vidas importam!;
7. Defender uma renda mínima para garantir a alimentação para os 60 milhões de trabalhadores informais brasileiros;
8. Construir um programa para a classe trabalhadora que coloque no horizonte a necessidade de romper com o capitalismo. É preciso debater que somente uma sociedade socialista é capaz de colocar nossas vidas acima dos lucros. Nossas vidas valem mais do que lucros dos ricos e grandes empresários;
9. Suspensão do pagamento da dívida pública;
10. Que a FASUBRA organize formação para a base na greve (nas regiões ou sindicatos);
11. Fazer o enfrentamento ao discurso divisionista da categoria, no tema reforma administrativa;



- 12.** Ações na base focadas nos HU pautadas no financiamento e fortalecimento do SUS, aproveitando o debate sobre a saúde pública;
- 13.** Comando unificado fazer um comitê de acompanhamento da crise de saúde para não sermos engodados por milícia digital bolsonarista;
- 14.** Realização de atos nos HU e assembleias com trabalhadores para debater um plano de prevenção da saúde da classe trabalhadora e dos profissionais mais expostos, cobrando do governo a compra dos materiais necessários;
- 15.** Que a próxima plenária seja em conjunto com as entidades que integram o comando unificado nacional de mobilização;
- 16.** Fazer uma plenária temática: As consequências do capitalismo para a classe trabalhadora e a luta anticapitalista;
- 17.** Que FASUBRA exija a dispensa imediata de todos os técnicos administrativos que estejam em grupos de riscos (com mais de 60 anos), como forma de preservar a integridade e saúde diante das recomendações dos órgãos competentes da saúde;
- 18.** Encaminhar ofício à ANDIFES cobrando o fechamento das universidades;
- 19.** FASUBRA deve divulgar nota pública às universidades pedindo respeito e atenção aos trabalhadores dos HU;
- 20.** Que a FASUBRA monitore o Congresso para saber quando as PECs serão votadas;
- 21.** Encaminhar uma nota das entidades exigindo que o Congresso cancele todas as tramitações de projetos, que sejam prejudiciais a classe trabalhadora. Priorizando apenas projetos que protejam e assegurem a saúde e o bem estar da população, enquanto durar a pandemia do COVID 19;
- 22.** Encaminhar ofício ao MEC com os adendos aprovados na plenária sobre a pauta de reivindicação;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

23. Campanha de apoio financeiro ao SINTUFSCAR a ser encaminhada as demais entidades de base.

MANIFESTO E MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA

MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Em uma conjuntura de crise política, social, econômica derivada da política ultraliberal da extrema-direita, que a cada dia leva mais trabalhadore(a)s ao desemprego e subemprego, as entidades nacionais convocam suas categorias a ampliar a mobilização e defender a educação, a saúde, os serviços e servidore(a)s público(a)s.

Já estamos vivenciando as consequências da Emenda Constitucional 95, que reduziu os investimentos em políticas públicas, gerando cortes de verbas na educação, na ciência e tecnologia e na saúde, diminuição do quadro de trabalhadore(a)s terceirizado(a)s nas instituições de ensino, assim como de recursos na pesquisa, extensão e na assistência estudantil. Os ataques à educação pública são agravados com medidas autoritárias como o Ofício/Circular 008/2000 que suspende contratações e concursos públicos, progressões e promoções; a Medida Provisória 914 que dá nova regulamentação à escolha do(a)s dirigentes, ferindo a autonomia das instituições de ensino prevista no artigo 207 da CF/88; e a MP 922 que estabelece a contratação provisória e precária no serviço público. Assim como os projetos FUTURE-SE e Novos Caminhos.

Essas medidas são agravadas pelo espectro conservador que tem sido incentivado na sociedade, que vai desde ações de perseguição a(o)s servidore(a)s público(a)s, a criminalização do(a)s que lutam, a militarização da educação e o incentivo a práticas racistas, lgbtfóbicas, machistas, capacitistas, sexistas, que inclusive têm orientado as políticas públicas.

O governo, junto com o Congresso Nacional, com o apoio do judiciário e do capital, preparam medidas ainda mais duras para a classe trabalhadora, com especial repercussão para o conjunto do funcionalismo público, como a **PEC emergencial 186** que pode chegar a congelar e até cortar 25% dos salários; a **PEC do Pacto Federativo** que, em última instância, pretende desobrigar e desindexar a realização de gastos públicos, especialmente, na saúde e educação e a **PEC dos Fundos Públicos** que pretende fazer com que a verba dos fundos seja prioritariamente gasta com pagamento da dívida pública, além de visar à extinção de fundos que hoje, apesar de limitados, são fundamentais para a educação, mesmo que ainda insuficientes, como o FUNDEB. E ainda nos ameaçam com uma reforma administrativa que prevê 19 pontos para colocar fim aos



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

serviços públicos, hoje estruturantes dos direitos sociais, e acabar com a estabilidade do(a)s servidore(a)s.

Em meio à desestruturação dos serviços públicos, com redução de investimentos em saúde, educação, pesquisas e condições de trabalho, somos acometidos pela pandemia do Coronavírus (Covid 19), que afetará ainda mais o(a)s trabalhadore(a)s mais precarizados, como os terceirizado(a)s em nossas instituições de ensino. Por isso, defendemos e exigimos medidas emergenciais dos governos em todos os níveis, em especial em ações que fortaleçam o Sistema Único de Saúde (SUS) e que garantam o direito de todo(a)s os trabalhadore(a)s ao atendimento e ao tratamento público, gratuito e de qualidade. Por isso exigimos a imediata revogação da EC/95 e a recomposição do orçamento da educação e saúde pública!

Enquanto não se controla a pandemia, exigimos respeito a todo(a)s o(a)s trabalhadore(a)s de nossas instituições de ensino. **TODAS AS VIDAS IMPORTAM!** Pela imediata dispensa do(a)s servidore(a)s técnico(a)s-administrativo(a)s e terceirizado(a)s das instituições que suspenderam as aulas, mantendo-se apenas os serviços essenciais.

Diante de todos esses desafios, as entidades nacionais ANDES-SN, FASUBRA Sindical e SINASEFE, reunidos no dia 15 de março de 2020, conclamam suas categorias para a unidade da luta e a necessária construção da greve. Para construir a GREVE Nacional lançamos o **COMANDO NACIONAL UNIFICADO DE MOBILIZAÇÃO E GREVE**, que se constitui como um instrumento estratégico para a luta em defesa dos serviços e servidore(a)s públicos e da educação e para o qual convidamos todas as entidades do serviço público.

Brasília, 15 de março de 2020.

ANDES-SN FASUBRA Sindical SINASEFE

NOTA DE INDIGNAÇÃO

Os aposentados, em reunião na Plenária Nacional da FASUBRA, saúdam os colegas que estão chegando ao movimento e esclarecer que os aposentados estão nesse movimento desde a criação da Federação.

A FASUBRA sempre foi uma instituição democrática, que se pauta pela participação de toda a categoria, que inclui os aposentados TAE em educação.

Os aposentados fazem parte da história da Federação, lutaram durante os 41 anos da existência da FASUBRA, pelos direitos que hoje todos usufruem, inclusive os concursos que colocaram os novos colegas nas universidades foram conquistas das lutas da categoria em movimento grevista, onde



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

muitos chegaram a perder a vida. Por isso os(as) aposentados(as) não entendem a divisão que estão fazendo da categoria, e exigem respeito por sua participação e envolvimento nos movimentos.

- **As moções aprovadas, abaixo serão encaminhadas ao Jurídico da Federação para análise e posterior divulgação.**
- Moção de apoio à ocupação Douglas Rodrigues
- Moção de Repúdio ao MEC e ao Interventor da UNILAB-Ce.

CALENDÁRIO	
MARÇO	
18	Greve Nacional da Educação e Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Serviços e Servidores Públicos com grande mobilização virtual.
21	Dia Internacional de Luta pela eliminação da discriminação racial.